

SUMÁRIO

1	Teoria Geral dos Recursos	1
1.1	Definição	1
1.2	Classificação	2
1.3	Princípios.....	4
1.4	Admissibilidade e mérito recursal	11
1.5	Pressupostos recursais	14
1.5.1	Pressupostos recursais intrínsecos.....	15
1.5.2	Pressupostos recursais extrínsecos	16
1.6	Efeitos do recurso.....	19
2	Aspectos dos Recursos Eleitorais	25
2.1	Os recursos eleitorais	25
2.2	Processo eletrônico	28
2.2.1	Processo eletrônico na Justiça Eleitoral	28
2.2.2	Sessão de julgamento por meio eletrônico	30
2.3	Formalidades para interposição	32
2.4	Legitimidade	34
2.5	Efeitos dos recursos	35
2.5.1	Efeito suspensivo.....	36
2.5.2	Imediata eficácia de acórdãos.....	38
2.5.3	Sustação da eficácia imediata de decisão judicial	39
2.6	Prazos.....	40
2.6.1	Prazos recursais	41
2.6.2	Contagem de prazos recursais.....	44

2.6.3	Termos inicial e final dos prazos recursais	48
2.6.4	Intempestividade reflexa	50
2.6.5	Suspensão de prazos processuais	51
2.7	Desistência do recurso.....	52
2.8	Prevenção	52
2.9	Recursos parciais	53
2.10	Anualidade eleitoral – Obrigatória observância de precedentes – Inaplicabilidade imediata de decisões modificadoras de jurisprudência.....	54
2.11	Competência originária do tribunal para julgar atos de seu presidente	57
2.12	Irrecorribilidade das decisões administrativas dos tribunais eleitorais.....	59
2.13	Publicação prévia de pauta e colocação de recursos e causas em mesa para julgamento	62
2.14	Autocomposição, conciliação e mediação	64
2.15	Negócio jurídico processual.....	68
2.16	Sustentação oral	71
2.17	Declaração de inconstitucionalidade.....	72
3	Recurso Eleitoral	79
3.1	Caracterização do recurso eleitoral.....	79
3.2	Interposição	81
3.3	Juízo de admissibilidade.....	83
3.4	Prazo	85
3.5	Efeitos.....	86
3.6	Juízo de retratação.....	89
3.7	Tramitação no Tribunal Regional Eleitoral.....	89
4	Recurso do art. 96, § 4º, da Lei nº 9.504/1997	99
5	Embargos de Declaração	107
5.1	Conceito e pressupostos	107
5.2	Cabimento contra qualquer decisão judicial.....	110
5.3	Procedimento.....	113
5.3.1	Prazo de interposição	114
5.3.2	Contraditório nos embargos de declaração.....	115
5.4	Efeitos.....	116

5.5	Embargos manifestamente protelatórios.....	118
5.6	Interposição anterior ou simultânea de recurso	121
6	Agravos	125
6.1	Generalidades	125
6.2	Agravo de instrumento.....	126
6.2.1	Não cabimento de agravo de instrumento contra decisão interlocutória	126
6.2.2	Cabimento de mandado de segurança	131
6.2.3	Pedido de reconsideração	132
6.2.4	Procedimento do agravo de instrumento no CPC ...	133
6.3	Agravo interno.....	136
6.4	Agravo regimental.....	142
6.5	Agravo em recurso especial ou extraordinário – agravo nos próprios autos	144
7	Recurso Ordinário Eleitoral	153
7.1	Recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	153
7.2	Recurso ordinário eleitoral para o Supremo Tribunal Federal ...	163
8	Recurso Especial	167
8.1	Fundamento e pressupostos	167
8.1.1	Decisões de Tribunal Regional Eleitoral	168
8.1.2	Esgotamento das vias ordinárias.....	173
8.1.3	Prequestionamento	176
8.1.3.1	A exigência de decisão expressa sobre a questão jurídica	176
8.1.3.2	Decisão implícita sobre a questão jurídica....	177
8.1.3.3	Decisão ficta da questão jurídica: erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão	178
8.1.3.4	Questão de ordem pública.....	180
8.1.4	Contrariedade à disposição expressa da Consti- tuição.....	183
8.1.5	Contrariedade à disposição expressa de lei	186
8.1.6	Dissídio jurisprudencial: divergência na interpre- tação entre dois ou mais tribunais eleitorais.....	187
8.2	Prazo	191

8.3	Efeitos.....	193
8.4	Trâmite do REspe no Tribunal Regional Eleitoral	195
8.4.1	Recurso contra decisão de não admissão de REspe ...	198
8.5	Trâmite do REspe no Tribunal Superior Eleitoral	201
8.6	Recurso especial repetitivo	208
8.7	Fundamentos para não admissão de recurso especial eleitoral...	212
9	Recurso Extraordinário.....	227
9.1	Noções de controle de constitucionalidade	227
9.2	Controle de constitucionalidade e direito pré-constitucional...	230
9.3	Caracterização do recurso extraordinário	232
9.4	Não cabimento de RE diante de acórdão de TRE	234
9.5	Admissibilidade: requisitos específicos	236
9.5.1	Prequestionamento	236
9.5.2	Repercussão geral.....	238
9.5.2.1	Caracterização da repercussão geral	238
9.5.2.2	Questões constitucionais reiteradas	241
9.5.2.3	Repercussão geral em matéria eleitoral.....	243
9.6	Interposição	246
9.7	Prazo de interposição	247
9.8	Efeitos.....	248
9.9	Trâmite no Tribunal Superior Eleitoral	249
9.9.1	Recurso contra decisão de não admissão de RE	250
9.10	Trâmite no Supremo Tribunal Federal	254
9.11	Eficácia da decisão do Supremo Tribunal Federal	254
9.12	Recursos extraordinários repetitivos	258
9.13	Súmulas do STF sobre recurso extraordinário	258
10	Embargos de Divergência.....	261
11	Embargos Infringentes e a Técnica de Julgamento do Art. 942 do CPC/2015.....	265
12	Outros Meios Impugnativos no Processo Jurisdicional Eleitoral.....	271
12.1	Introdução.....	271
12.2	Garantias ou remédios constitucionais	271
12.2.1	Mandado de segurança.....	272

12.2.2	Mandado de injunção	289
12.2.3	<i>Habeas data</i>	293
12.2.4	Ação popular.....	297
12.3	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	300
12.4	Recurso contra expedição do diploma (RCED).....	302
12.5	Reclamação	304
12.6	Ação rescisória	306
12.6.1	Ação rescisória eleitoral.....	306
12.6.2	Ação de anulação de ato processual.....	311
12.6.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	311
Apêndice		313
Referências.....		317